



Brasília-DF, 26 de maio de 2026



Aniversariante

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza o companheiro pela data especial.



26 de maio
Amauri Martins de Oliveira

Suplente da Diretoria/CNTI



CNTI presente na reunião da Comissão Especial sobre o Fim da Escala 6x1

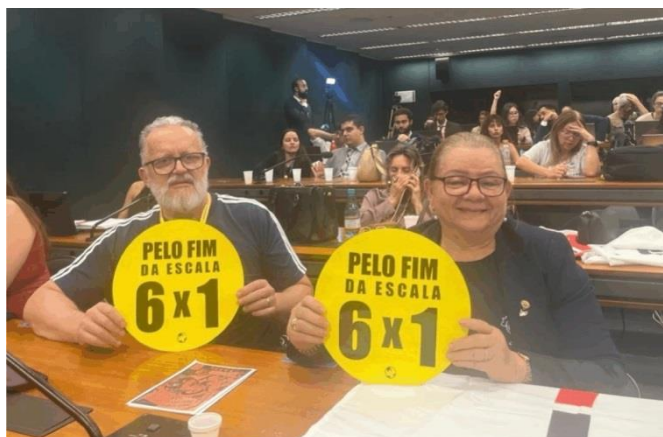


A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), representada pelo presidente José Reginaldo e pela secretária para Assuntos do Trabalho da Mulher, Juventude e Idoso/CNTI e presidente da NCST, Sônia Zerino, participou nesta segunda-feira (25) da reunião da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que debate o fim da escala 6x1. Na ocasião, o relator da proposta, deputado Leo Prates, apresentou parecer favorável à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial e com dois dias de descanso por semana, sendo um deles preferencialmente aos domingos.

A proposta está prevista em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que deverá ser analisada novamente pela comissão especial na próxima quarta-feira (27) e, posteriormente, seguir para votação no Plenário da Câmara antes de ser encaminhada ao Senado. A votação prevista para esta segunda-feira foi adiada após um pedido de vista coletiva apresentado.



De acordo com o texto do relator, a redução da jornada ocorrerá de forma gradual. Sessenta dias após a promulgação da emenda constitucional, o limite passará para 42 horas semanais, já assegurando dois dias de repouso remunerado por semana. Após doze meses, a carga horária será definitivamente reduzida para 40 horas semanais.



O parecer apresentado por Leo Prates reúne pontos das PECs apresentadas pelos deputados Reginaldo Lopes e Erika Hilton, que defendiam jornadas de 36 horas semanais. Segundo o relator, a transição deve ocorrer de maneira responsável, acompanhada de políticas públicas, negociação coletiva e incentivos à produtividade, permitindo que empresas e setores se adaptem sem impactos imediatos sobre empregos e custos.

**Brasília-DF, 26 de maio de 2026**

Centrais Sindicais manifestam solidariedade a Cuba



Revolução de 1959.

Cuba enfrenta mais uma ofensiva infame do imperialismo estadunidense, baseada em falsas acusações contra o general Raúl Castro, irmão de Fidel Castro e uma das principais lideranças da

O governo da ilha socialista é alvo de reiteradas violações de seu espaço aéreo com fins hostis. Agora, o governo extremista que ocupa a Casa Branca manipula um incidente ocorrido em fevereiro de 1996, nesse contexto de agressões e violações, que resultou no abatimento de duas aeronaves operadas pela organização terrorista Hermanos al Rescate, sediada em Miami. À época, Raúl Castro exercia o cargo de ministro da Defesa.

Essa organização realizou mais de 25 violações graves e deliberadas do espaço aéreo cubano entre 1994 e 1996, em flagrante desrespeito ao Direito Internacional e à própria legislação dos Estados Unidos.

Ao criminalizar uma ação de autodefesa amparada pela Carta das Nações Unidas, pela Convenção de Chicago sobre Aviação Civil Internacional e pelos princípios da soberania aérea e da proporcionalidade, os Estados Unidos buscam, na realidade, criar justificativas para intensificar sua política de agressão contra Cuba.

O povo cubano já enfrenta enormes dificuldades decorrentes do bloqueio econômico e de uma severa crise energética, que impacta diretamente o abastecimento, os serviços públicos e as condições de vida da população. A imposição de mais uma escalada de tensão geopolítica e de novas medidas de hostilidade apenas agravará a crise humanitária vivida pela ilha, penalizando sobretudo os trabalhadores e o povo mais pobre.

Em um cenário marcado pela crise e decomposição da velha ordem mundial, o governo dos Estados Unidos atua à margem do Direito Internacional, recorrendo à supremacia econômica e militar para impor ao mundo a lógica da força e da intimidação.

Diante de mais essa injustiça, as centrais sindicais brasileiras manifestam sua solidariedade ao governo cubano e ao herói da Revolução Socialista, Raúl Castro, ao mesmo tempo em que repudiam as provocações, agressões e ameaças promovidas pela extrema direita trumpista.

Pela paz entre os povos!
Não à guerra!
Abaixo o imperialismo!

São Paulo, 21 de maio de 2026

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)
Miguel Torres, presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)
Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)
Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Fonte: NCST

Em reunião com ministro do Desenvolvimento, Centrais defendem fortalecimento da indústria nacional



Representantes das Centrais Sindicais participaram, na sexta-feira (22), de uma reunião com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, no escritório regional do BNDES, em São Paulo. Durante o encontro, foi apresentada a pauta da classe trabalhadora voltada ao fortalecimento da indústria nacional, à geração de empregos de qualidade e à valorização da negociação coletiva.

A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, destacou a importância da participação dos trabalhadores nos debates sobre desenvolvimento econômico e política industrial.

**Brasília-DF, 26 de maio de 2026**

“A classe trabalhadora precisa estar inserida nas discussões sobre o futuro da indústria brasileira. Defender o desenvolvimento do país também significa garantir emprego, direitos e fortalecimento da negociação coletiva”, afirmou Sônia Zerino.

Entre os temas debatidos estiveram as políticas públicas de incentivo à indústria, os mecanismos de financiamento produtivo, inovação tecnológica e os impactos das relações comerciais internacionais sobre a economia brasileira.

As Centrais também defenderam a ampliação do diálogo entre governo e movimento sindical para aprofundar o debate sobre programas estratégicos, como a Nova Indústria Brasil (NIB), além de iniciativas voltadas à reindustrialização e à transição ecológica.

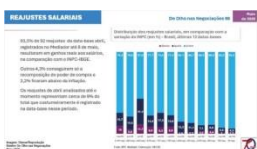


Outro ponto apresentado ao ministro foi a necessidade de ampliar o conhecimento dos dirigentes sindicais sobre instrumentos públicos de financiamento, incluindo programas do BNDES, Finep e Embrapii, considerados fundamentais para estimular investimentos e geração de empregos.

Ao final da reunião, Márcio Elias sinalizou apoio à continuidade do diálogo com as Centrais e à construção de novos espaços de debate sobre política industrial e desenvolvimento regional.

Fonte: NCST

Ganhos salariais reais estão em alta



As negociações coletivas das categorias profissionais seguem mostrando ganhos reais para os trabalhadores. Segundo o boletim “De Olho nas Negociações” (edição 68ª), publicado pelo Dieese, os ganhos acima da inflação, em março, chegam a 93,5%. Iguais à inflação, 4,3%. E abaixo do INPC ficaram 2,2% dos acordos coletivos.

Os acordos analisados abrangem até 8 de maio, informa o Boletim. Segundo o Dieese, a variação real

média no período ficou em 1,39% acima da inflação, vale dizer, do INPC. Já no acumulado do ano, a média dos aumentos reais foi de 1,81%.

Evolução – Os ganhos das categorias estão em curva ascendente. Basta ver janeiro deste ano. Na época, 74,3% dos acordos analisados obtiveram ganhos acima do INPC. Porém, os acordos inferiores à inflação haviam ficado em 10%. Iguais ao INPC eram 15,7%.

Razões – A Agência Sindical ouviu Antônio Corrêa de Lacerda. Ele é economista, professor-doutor em Economia pela PUC-SP. Para o professor, “o bom momento das negociações salariais, com elevado número de categorias profissionais conseguindo negociar reajustes com reposição integral da inflação e ainda ganho real, tem a ver com o nível de atividade econômica e do emprego”.

Ele comenta: “Ao longo dos três últimos anos o crescimento do PIB foi expressivamente superior aos prognósticos do início de cada ano. Maior atividade econômica significa mais gente empregada e poder de barganha para categorias obterem acordos salariais favoráveis”.

Fonte: Agência Sindical

Nova NR-1 entra em vigor e amplia fiscalização sobre saúde mental no trabalho

Foto: Reprodução/Krakenimages



Riscos psicossociais passam a ser considerados sobre saúde mental no trabalho

A partir desta terça-feira (26), a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) passa a valer e amplia oficialmente a responsabilidade das empresas sobre a saúde mental no ambiente de trabalho. A mudança fortalece a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e inclui os chamados “riscos psicossociais” no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) das organizações.

A nova regra determina que empresas passem a identificar, registrar e adotar medidas preventivas contra situações que possam causar adoecimento mental entre trabalhadores. Casos de assédio moral,

Brasília-DF, 26 de maio de 2026

pressão excessiva por metas, jornadas exaustivas, sobrecarga de trabalho, conflitos internos e falta de autonomia entram de forma explícita no foco da fiscalização trabalhista.

A medida ocorre em meio ao aumento dos afastamentos relacionados à saúde mental no Brasil. Em 2025, mais de 546 mil licenças foram registradas por transtornos mentais, consolidando um cenário de preocupação crescente.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o governo não pretende adiar a entrada em vigor da norma. A atualização já havia sido prorrogada anteriormente após pressão de setores empresariais.

“Já houve uma prorrogação no ano passado e, neste momento, não há disposição para novo adiamento”, afirmou.

Com a nova regulamentação, o Ministério do Trabalho deixa de olhar apenas para riscos físicos e passa a avaliar também como o trabalho é organizado dentro das empresas. Auditores-fiscais poderão analisar jornadas, metas, métodos de cobrança, relação entre chefias e empregados, além de documentos internos ligados ao gerenciamento de riscos ocupacionais.

A fiscalização poderá ocorrer por denúncias anônimas, dados da Previdência Social ou ações preventivas em setores considerados mais vulneráveis ao adoecimento mental. Segundo especialistas, não será necessário existir um trabalhador afastado para que a empresa seja cobrada. O objetivo é atuar antes que o problema resulte em doença ou afastamento.

Empresas que não identificarem riscos psicossociais, deixarem de adotar medidas preventivas ou apresentarem ações consideradas insuficientes poderão ser autuadas. As multas variam conforme o porte da empresa, número de funcionários e a gravidade da infração.

A atualização representa uma mudança importante na forma como a saúde mental é tratada nas relações de trabalho. A nova NR-1 reforça o entendimento de que o adoecimento psicológico não deve ser visto apenas como questão individual, mas também como consequência das condições e da gestão do trabalho.

“A grande inovação foi deixar explícito que o risco psicossocial faz parte do gerenciamento de riscos. Isso já estava incluído, mas não estava claro para as empresas e para a sociedade”, detalha o diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE, Alexandre Scarpelli.

Na prática, as empresas terão que revisar processos

internos, métodos de gestão e políticas organizacionais, com medidas como a reorganização de jornadas, revisão de metas, combate ao assédio, fortalecimento de canais de denúncia e treinamento de lideranças.

Apesar da possibilidade de penalidades, o MTE informou que os primeiros meses devem priorizar orientação e adequação das organizações às novas exigências. Ainda assim, empresas poderão ser notificadas imediatamente em casos considerados graves.

“Durante os 90 dias subsequentes à entrada em vigor, a atuação da Inspeção do Trabalho tende a priorizar ações de orientação, instrução e notificação das organizações quanto à necessidade de adequação, especialmente em relação às novas exigências introduzidas, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas nos casos aplicáveis”, declarou o Ministério do Trabalho e Emprego.

(Com informações de g1)

Fonte: CTB

24º SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR

Gênero, Trabalho e Transformações Contemporâneas

Compreender para Transformar

26 MAI 2026
14H ÀS 16H30

IEA/USP — Sala Alfredo Bosi
Cidade Universitária • São Paulo/SP

Evento híbrido
Presencial + transmissão no YouTube

Evento público e gratuito
Inscrição prévia

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DA CLASSE TRABALHADORA
IEA/USP

Observar é um ato político.

<https://lnkd.in/dv3YX6Js>

Visite nosso site/portal: <https://otct.org/>